Bradesco
BEM DTVM

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Atua com alto nível de especialização na administração fiduciária de recursos de terceiros no segmento institucional. No exercício, possuía sob sua gestão R$ 188.584,1 milhões, distribuídos em 1.613 Fundos de Investimento, atendendo um total de 39.914 cotistas.

No período, a BEM DTVM foi relacionada na Operação "Greenfield" e maiores informações poderão ser obtidas na Nota Explicativa 7, letra "d", das Demonstrações Contábeis.

No exercício, a BEM DTVM registrou Lucro Líquido de R$ 11,1 milhões, Patrimônio Líquido de R$ 53,6 milhões e Ativos Totais de R$ 62,9 milhões.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

ATIVO	2016	2015
CIRCULANTE	**62.654**	**49.651**
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	**49**	**33**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	**60.620**	**46.723**
Carteira Própria	60.620	46.723
OUTROS CRÉDITOS	**1.985**	**2.895**
Rendas a Receber (Nota 6a)	1.797	2.416
Diversos (Nota 6b)	188	479
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**205**	**67**
OUTROS CRÉDITOS	**205**	**67**
Diversos (Nota 6b)	205	67
PERMANENTE	**1**	**1**
INVESTIMENTOS	**1**	**1**
Outros Investimentos	1	1
TOTAL	**62.860**	**49.719**

PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE	**9.236**	**7.104**
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**9.236**	**7.104**
Sociais e Estatutárias (Nota 9d)	105	92
Fiscais e Previdenciárias (Nota 8a)	7.689	5.588
Diversas (Nota 8b)	1.442	1.424
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 9)	**53.624**	**42.615**
Capital:		
- De Domiciliados no País	22.900	18.000
Reservas de Lucros	30.724	24.615
TOTAL	**62.860**	**49.719**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**3.707**	**6.911**	**4.888**
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	3.707	6.911	4.888
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**3.707**	**6.911**	**4.888**
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	**6.527**	**13.484**	**11.683**
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 10)	12.578	26.386	23.436
Outras Despesas Administrativas (Nota 11)	(4.110)	(8.800)	(7.954)
Despesas Tributárias (Nota 12)	(1.034)	(2.127)	(1.810)
Outras Receitas Operacionais (Nota 13)	-	-	23
Outras Despesas Operacionais (Nota 14)	(907)	(1.975)	(2.012)
RESULTADO OPERACIONAL	**10.234**	**20.395**	**16.571**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**10.234**	**20.395**	**16.571**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 16a e b)	**(4.712)**	**(9.281)**	**(6.869)**
Provisão para Imposto de Renda	(2.653)	(5.185)	(4.089)
Provisão para Contribuição Social	(2.226)	(4.261)	(2.827)
Ativo Fiscal Diferido	167	165	47
LUCRO LÍQUIDO	**5.522**	**11.114**	**9.702**
Número de cotas (Notas 9a e b)	22.900.000	22.900.000	18.000.000
Lucro por lote de mil cotas em R$	241,14	485,33	539,00

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 30.6.2016	**22.900**	**1.833**	**23.421**	**-**	**48.154**
Lucro Líquido	-	-	-	5.522	5.522
Destinações: - Reservas	-	276	5.194	(5.470)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(52)	(52)
Saldos em 31.12.2016	**22.900**	**2.109**	**28.615**	**-**	**53.624**
Saldos em 31.12.2014	**13.700**	**1.068**	**18.237**	**-**	**33.005**
Aumento de Capital com Reserva (Nota 9b)	4.300	-	(4.300)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	9.702	9.702
Destinações: - Reservas	-	485	9.125	(9.610)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(92)	(92)
Saldos em 31.12.2015	**18.000**	**1.553**	**23.062**	**-**	**42.615**
Aumento de Capital com Reserva (Nota 9b)	4.900	-	(4.900)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	11.114	11.114
Destinações: - Reservas	-	556	10.453	(11.009)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(105)	(105)
Saldos em 31.12.2016	**22.900**	**2.109**	**28.615**	**-**	**53.624**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**10.234**	**20.395**	**16.571**
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(9.866)	(13.897)	(12.660)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	1.120	937	1.348
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(440)	117	560
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.043)	(7.444)	(5.799)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	**5**	**108**	**20**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	**-**	(92)	(79)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	**-**	**(92)**	**(79)**
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**5**	**16**	**(59)**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	44	33	92
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	49	49	33
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**5**	**16**	**(59)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM" ou "Instituição") é uma Instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; e perdas por redução ao valor recuperável *(impairment)* de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 1º de fevereiro de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

i) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A instituição possui disponibilidades em moeda nacional no montante de R$ 49 mil (2015 - R$ 33 mil).

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro - R$ mil 2016	2015
Carteira própria		
Cotas de fundos de investimentos	60.620	46.723
Total	**60.620**	**46.723**

b) Classificação por categorias e prazos - distribuídas de acordo com os papéis que compõem as carteiras dos fundos

Em 31 de dezembro - R$ mil

Títulos (1)	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016 Valor de mercado/ contábil (2)	2016 Valor de custo atualizado	2015 Valor de mercado/ contábil (2)
Títulos para negociação (3):							
Letras financeiras do tesouro	34.483	-	682	20.921	56.086	56.086	24.201
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	12.896
Letras financeiras	-	1.486	2.337	-	3.823	3.823	8.339
Debêntures	-	-	711	-	711	711	1.287
Total em 2016	**34.483**	**1.486**	**3.730**	**20.921**	**60.620**	**60.620**	
Total em 2015	**13.070**	**2.781**	**1.948**	**28.924**			**46.723**

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimentos são efetuadas em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco e foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Corresponde a rendas de aplicações em títulos de renda fixa no montante de R$ 6.911 mil (2015 - R$ 4.888 mil).

d) A BEM DTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

6) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

Referem-se à prestação de serviços - taxa de administração de fundos no montante de R$ 1.797 mil (2015 - R$ 2.416 mil).

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R$ mil 2016	2015
Impostos e contribuições a compensar	14	353
Devedores por depósitos em garantia	133	112
Crédito tributário (Nota 16c)	246	81
Total	**393**	**546**

7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

c) Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não há processos contingentes avaliados como de perda provável e possível de montante relevante.

d) A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., subsidiária integral do Banco Bradesco S.A., bem como dois de seus administradores, foram mencionadas no âmbito da chamada "Operação Greenfield" da Polícia Federal, por terem exercido, respectivamente, a administração e a gestão do Fundo de Investimento em Participações - FIP Enseada. Além da disponibilização de documentos, a Justiça determinou, no curso da referida Operação, o bloqueio de valores. Por conta disso, foi firmado um Compromisso, homologado pelo Juízo da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, para liberação dos valores mediante o oferecimento de garantias até R$ 104 milhões, sem o reconhecimento de qualquer responsabilidade civil ou criminal por parte das empresas ou dos administradores da Organização Bradesco. No âmbito do referido compromisso, os administradores e funcionários da Organização Bradesco colocaram-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos às autoridades responsáveis pela condução da referida investigação, independentemente de intimação formal. Adicionalmente, as avaliações internas indicam não ter havido ilegalidades na condução das citadas atividades, conforme comunicado do Banco Bradesco ao mercado, em 20 de setembro de 2016. Até o momento, não há nenhuma indicação de que as apurações poderão resultar na responsabilização da referida empresa.

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R$ mil 2016	2015
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	7.520	5.413
Impostos e contribuições a recolher	169	175
Total	**7.689**	**5.588**

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R$ mil 2016	2015
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	486	1.074
Provisão de honorários sobre processos contingentes (Nota 14)	417	-
Credores diversos no país	539	350
Total	**1.442**	**1.424**

(1) Inclui provisão para pagamento de serviços prestados por agentes autônomos, relativos a distribuição de valores mobiliários no valor de R$ 284 mil (2015 - R$ 679 mil).

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R$ 22.900 mil (2015 - R$ 18.000 mil), totalmente subscritos e integralizados, é composto por 22.900.000 (2015 - 18.000.000) cotas com valor nominal de R$ 1,00 cada.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas 2016	2015	R$ mil 2016	2015
Saldo em 1º de janeiro	**18.000.000**	**13.700.000**	**18.000**	**13.700**
Aumento de capital com reserva AGO/E (1)	4.900.000	4.300.000	4.900	4.300
Saldo em 31 de dezembro	**22.900.000**	**18.000.000**	**22.900**	**18.000**

(1) Em 25 de maio de 2016, o BACEN homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 29 de abril de 2016, que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária" no montante de R$ 4.900 mil, com a criação de 4.900.000 cotas, de valor nominal de R$ 1,00 cada, atribuindo-as ao Sócio Cotista Banco Bradesco BBI S.A., com a concordância do Sócio Cotista Banco Bradesco S.A. Em 29 de maio de 2015, o BACEN homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 30 de abril de 2015, que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária" no montante de R$ 4.300 mil, com a criação de 4.300.000 cotas, de valor nominal de R$ 1,00 cada, atribuindo-as ao Sócio Cotista Banco Bradesco BBI S.A., com a concordância do Sócio Cotista Banco Bradesco S.A.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R$ mil 2016	2015
Reservas de lucros	**30.724**	**24.615**
- Reserva legal (1)	2.109	1.553
- Reserva estatutária (2)	28.615	23.062

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos Sócio Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R$ mil 2016	2015
Lucro líquido	**11.114**	**9.702**
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(556)	(485)
Base de cálculo	**10.558**	**9.217**
Dividendos propostos	105	92
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	**1,0%**	**1,0%**
Valor em Reais por lote de mil cotas	**4,59**	**5,11**

10) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor de R$ 26.386 mil (2015 - R$ 23.436 mil) corresponde à receita auferida na administração de fundos de investimento (Nota 17b).

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil 2016	2015
Serviços de terceiros	8.383	7.463
Serviços do sistema financeiro	124	15
Publicações	105	100
Serviços técnicos especializados	99	348
Outras	89	28
Total	**8.800**	**7.954**

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil 2016	2015
Contribuição à COFINS	1.332	1.133
Imposto sobre serviços - ISS	528	469
Contribuição ao PIS	216	184
Impostos e taxas	51	24
Total	**2.127**	**1.810**

13) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil 2016	2015
Reversão de provisão operacional	-	23
Total	**-**	**23**

14) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil 2016	2015
Comissão sobre serviços de distribuição de cotas	1.014	1.821
Provisão de honorários sobre processos contingentes	417	-
Perdas com ativos fiscais	353	-
Outras despesas financeiras	105	75
Patrocínio	69	98
Despesas com juros e multas	1	16
Outras	16	2
Total	**1.975**	**2.012**

15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R$ mil 2016	2015
Ativo		
Disponibilidades (2)	49	33
Passivo		
Dividendos a pagar (1)	(105)	(92)

(1) Controlador Direto - Banco Bradesco BBI S.A.

(2) Controlador Indireto - Banco Bradesco S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócio Cotistas é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil 2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**20.395**	**16.571**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(9.178)	(7.457)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(62)	(59)
Crédito tributário (2)	-	2
Outros valores	(40)	645
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(9.281)**	**(6.869)**

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e

(2) Constituição de crédito tributário, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme a Lei nº 13.169/15.

continua...

...continuação

Bradesco
BEM DTVM

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil	
	2016	**2015**
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(9.446)	(6.915)
Impostos diferidos		
Contribuição/(realização) no exercício sobre adições temporárias	165	44
Ativação de crédito tributário Lei nº 13.169/15:		
Adições Temporárias	-	2
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(9.281)**	**(6.869)**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

R$ mil

	Saldo em 31.12.2015	Constituição (1)	Realização	Saldo em 31.12.2016
Provisão para publicação e honorários advocatícios	81	195	30	246
Total dos créditos tributários (Nota 6b)	**81**	**195**	**30**	**246**

(1) Inclui o montante de R$ 2 mil, relativo a majoração de alíquota da contribuição social sobre as adições temporárias previstos de realização até dezembro de 2018, baseados em estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, conforme Lei nº 13.169/15;

O total do crédito tributário constituído tem perspectiva de realização em até 4 anos. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R$ 232 mil (2015 - R$ 76 mil).
Todos os créditos tributários da BEM DTVM foram devidamente ativados.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A BEM DTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) A BEM administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2016, somaram R$ 188.584.065 mil (2015 - R$ 158.787.918 mil), cuja receita de taxa de administração desses fundos no exercício somou de R$ 26.386 mil (2015 - R$ 23.436 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2017

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BANCO BRADESCO BBI SA 26
BEM DISTRIBUIDORA DE TIT E VALS MOBILIARIOS LTDA 2
BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT SA DTVM 30
IOCHPE MAXION SA 4
RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A. 15

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 127 • Número 58 Página 2
São Paulo, terça-feira, 28 de março de 2017

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Bradesco BEM DTVM

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 00.066.670/0001-00
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Atua com alto nível de especialização na administração fiduciária de recursos de terceiros no segmento institucional. No exercício, possuía sob sua gestão R$ 188.584,1 milhões, distribuídos em 1.613 Fundos de Investimento, atendendo um total de 39.914 cotistas.

No período, a BEM DTVM foi relacionada na Operação "Greenfield" e maiores informações poderão ser obtidas na Nota Explicativa 7, letra "d", das Demonstrações Contábeis.

No exercício, a BEM DTVM registrou Lucro Líquido de R$ 11,1 milhões, Patrimônio Líquido de R$ 53,6 milhões e Ativos Totais de R$ 62,9 milhões.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

ATIVO	2016	2015
CIRCULANTE	**62.654**	**49.651**
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	**49**	**33**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	**60.620**	**46.723**
Carteira Própria	60.620	46.723
OUTROS CRÉDITOS	**1.985**	**2.895**
Rendas a Receber (Nota 6a)	1.797	2.416
Diversos (Nota 6b)	188	479
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**205**	**67**
OUTROS CRÉDITOS	**205**	**67**
Diversos (Nota 6b)	205	67
PERMANENTE	**1**	**1**
INVESTIMENTOS	**1**	**1**
Outros Investimentos	1	1
TOTAL	**62.860**	**49.719**

PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE	**9.236**	**7.104**
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**9.236**	**7.104**
Sociais e Estatutárias (Nota 9d)	105	92
Fiscais e Previdenciárias (Nota 8a)	7.689	5.588
Diversas (Nota 8b)	1.442	1.424
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 9)	**53.624**	**42.615**
Capital:		
- De Domiciliados no País	22.900	18.000
Reservas de Lucros	30.724	24.615
TOTAL	**62.860**	**49.719**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**3.707**	**6.911**	**4.888**
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	3.707	6.911	4.888
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**3.707**	**6.911**	**4.888**
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	**6.527**	**13.484**	**11.683**
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 10)	12.578	26.386	23.436
Outras Despesas Administrativas (Nota 11)	(4.110)	(8.800)	(7.954)
Despesas Tributárias (Nota 12)	(1.034)	(2.127)	(1.810)
Outras Receitas Operacionais (Nota 13)	-	-	23
Outras Despesas Operacionais (Nota 14)	(907)	(1.975)	(2.012)
RESULTADO OPERACIONAL	**10.234**	**20.395**	**16.571**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**10.234**	**20.395**	**16.571**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 16a e b)	**(4.712)**	**(9.281)**	**(6.869)**
Provisão para Imposto de Renda	(2.653)	(5.185)	(4.089)
Provisão para Contribuição Social	(2.226)	(4.261)	(2.827)
Ativo Fiscal Diferido	167	165	47
LUCRO LÍQUIDO	**5.522**	**11.114**	**9.702**
Número de cotas (Notas 9a e b)	22.900.000	22.900.000	18.000.000
Lucro por lote de mil cotas em R$	241,14	485,33	539,00

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 30.6.2016	**22.900**	**1.833**	**23.421**	**-**	**48.154**
Lucro Líquido	-	-	-	5.522	5.522
Destinações: - Reservas	-	276	5.194	(5.470)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(52)	(52)
Saldos em 31.12.2016	**22.900**	**2.109**	**28.615**	**-**	**53.624**
Saldos em 31.12.2014	**13.700**	**1.068**	**18.237**	**-**	**33.005**
Aumento de Capital com Reserva (Nota 9b)	4.300	-	(4.300)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	9.702	9.702
Destinações: - Reservas	-	485	9.125	(9.610)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(92)	(92)
Saldos em 31.12.2015	**18.000**	**1.553**	**23.062**	**-**	**42.615**
Aumento de Capital com Reserva (Nota 9b)	4.900	-	(4.900)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	11.114	11.114
Destinações: - Reservas	-	556	10.453	(11.009)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(105)	(105)
Saldos em 31.12.2016	**22.900**	**2.109**	**28.615**	**-**	**53.624**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**10.234**	**20.395**	**16.571**
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(9.866)	(13.897)	(12.660)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	1.120	937	1.348
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(440)	117	560
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.043)	(7.444)	(5.799)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	**5**	**108**	**20**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	**-**	(92)	(79)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	**-**	**(92)**	**(79)**
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**5**	**16**	**(59)**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	44	33	92
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	49	49	33
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**5**	**16**	**(59)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM" ou "Instituição") é uma Instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; e perdas por redução ao valor recuperável *(impairment)* de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 1º de fevereiro de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

i) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A instituição possui disponibilidades em moeda nacional no montante de R$ 49 mil (2015 - R$ 33 mil).

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro - R$ mil 2016	2015
Carteira própria		
Cotas de fundos de investimentos	60.620	46.723
Total	**60.620**	**46.723**

b) Classificação por categorias e prazos - distribuídas de acordo com os papéis que compõem as carteiras dos fundos

Em 31 de dezembro - R$ mil

Títulos (1)	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016 Valor de mercado/ contábil (2)	2016 Valor de custo atualizado	2015 Valor de mercado/ contábil (2)
Títulos para negociação (3):							
Letras financeiras do tesouro	34.483	-	682	20.921	56.086	56.086	24.201
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	12.896
Letras financeiras	-	1.486	2.337	-	3.823	3.823	8.339
Debêntures	-	-	711	-	711	711	1.287
Total em 2016	**34.483**	**1.486**	**3.730**	**20.921**	**60.620**	**60.620**	
Total em 2015	**13.070**	**2.781**	**1.948**	**28.924**			**46.723**

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimentos são efetuadas em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco e foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;
(2) Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e
(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Corresponde a rendas de aplicações em títulos de renda fixa no montante de R$ 6.911 mil (2015 - R$ 4.888 mil).

d) A BEM DTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

6) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

Referem-se à prestação de serviços - taxa de administração de fundos no montante de R$ 1.797 mil (2015 - R$ 2.416 mil).

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R$ mil 2016	2015
Impostos e contribuições a compensar	14	353
Devedores por depósitos em garantia	133	112
Crédito tributário (Nota 16c)	246	81
Total	**393**	**546**

7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

c) Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não há processos contingentes avaliados como de perda provável e possível de montante relevante.

d) A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., subsidiária integral do Banco Bradesco S.A., bem como dois de seus administradores, foram mencionadas no âmbito da chamada "Operação Greenfield" da Polícia Federal, por terem exercido, respectivamente, a administração e a gestão do Fundo de Investimento em Participações - FIP Enseada. Além da disponibilização de documentos, a Justiça determinou, no curso da referida Operação, o bloqueio de valores. Por conta disso, foi firmado um Compromisso, homologado pelo Juízo da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, para liberação dos valores mediante o oferecimento de garantias até R$ 104 milhões, sem o reconhecimento de qualquer responsabilidade civil ou criminal por parte das empresas ou dos administradores da Organização Bradesco. No âmbito do referido compromisso, os administradores e funcionários da Organização Bradesco colocaram-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos às autoridades responsáveis pela condução da referida investigação, independentemente de intimação formal. Adicionalmente, as avaliações internas indicam não ter havido ilegalidades na condução das citadas atividades, conforme comunicado do Banco Bradesco ao mercado, em 20 de setembro de 2016. Até o momento, não há nenhuma indicação de que as apurações poderão resultar na responsabilização da referida empresa.

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R$ mil 2016	2015
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	7.520	5.413
Impostos e contribuições a recolher	169	175
Total	**7.689**	**5.588**

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R$ mil 2016	2015
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	486	1.074
Provisão de honorários sobre processos contingentes (Nota 14)	417	-
Credores diversos no país	539	350
Total	**1.442**	**1.424**

(1) Inclui provisão para pagamento de serviços prestados por agentes autônomos, relativos a distribuição de valores mobiliários no valor de R$ 284 mil (2015 - R$ 679 mil).

continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

...continuação

Bradesco
BEM DTVM

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 00.066.670/0001-00
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R$ 22.900 mil (2015 - R$ 18.000 mil), totalmente subscritos e integralizados, é composto por 22.900.000 (2015 - 18.000.000) cotas com valor nominal de R$ 1,00 cada.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas		R$ mil	
	2016	2015	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro	**18.000.000**	**13.700.000**	**18.000**	**13.700**
Aumento de capital com reserva AGO/E (1)	4.900.000	4.300.000	4.900	4.300
Saldo em 31 de dezembro	**22.900.000**	**18.000.000**	**22.900**	**18.000**

(1) Em 25 de maio de 2016, o BACEN homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 29 de abril de 2016, que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária" no montante de R$ 4.900 mil, com a criação de 4.900.000 cotas, de valor nominal de R$ 1,00 cada, atribuindo-as ao Sócio Cotista Banco Bradesco BBI S.A., com a concordância do Sócio Cotista Banco Bradesco S.A. Em 29 de maio de 2015, o BACEN homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 30 de abril de 2015, que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária" no montante de R$ 4.300 mil, com a criação de 4.300.000 cotas, de valor nominal de R$ 1,00 cada, atribuindo-as ao Sócio Cotista Banco Bradesco BBI S.A., com a concordância do Sócio Cotista Banco Bradesco S.A.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2016	2015
Reservas de lucros	**30.724**	**24.615**
- Reserva legal (1)	2.109	1.553
- Reserva estatutária (2)	28.615	23.062

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos Sócio Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.
O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R$ mil	
	2016	2015
Lucro líquido	**11.114**	**9.702**
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(556)	(485)
Base de cálculo	**10.558**	**9.217**
Dividendos propostos	105	92
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	**1,0%**	**1,0%**
Valor em Reais por lote de mil cotas	**4,59**	**5,11**

10) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor de R$ 26.386 mil (2015 - R$ 23.436 mil) corresponde à receita auferida na administração de fundos de investimento (Nota 17b).

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil	
	2016	2015
Serviços de terceiros	8.383	7.463
Serviços do sistema financeiro	124	15
Publicações	105	100
Serviços técnicos especializados	99	348
Outras	89	28
Total	**8.800**	**7.954**

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil	
	2016	2015
Contribuição à COFINS	1.332	1.133
Imposto sobre serviços - ISS	528	469
Contribuição ao PIS	216	184
Impostos e taxas	51	24
Total	**2.127**	**1.810**

13) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil	
	2016	2015
Reversão de provisão operacional	-	23
Total	**-**	**23**

14) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil	
	2016	2015
Comissão sobre serviços de distribuição de cotas	1.014	1.821
Provisão de honorários sobre processos contingentes	417	-
Perdas com ativos fiscais	353	-
Outras despesas financeiras	105	75
Patrocínio	69	98
Despesas com juros e multas	1	16
Outras	16	2
Total	**1.975**	**2.012**

15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2016	2015
Ativo		
Disponibilidades (2)	49	33
Passivo		
Dividendos a pagar (1)	(105)	(92)

(1) Controlador Direto - Banco Bradesco BBI S.A.
(2) Controlador Indireto - Banco Bradesco S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração
Anualmente na Reunião de Sócio Cotistas é fixado:
- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.
A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:
a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil	
	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**20.395**	**16.571**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(9.178)	(7.457)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(62)	(59)
Crédito tributário (2)	-	2
Outros valores	(40)	645
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(9.281)**	**(6.869)**

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e
(2) Constituição de crédito tributário, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme a Lei nº 13.169/15.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil	
	2016	2015
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(9.446)	(6.915)
Impostos diferidos		
Contribuição/(realização) no exercício sobre adições temporárias	165	44
Ativação de crédito tributário Lei nº 13.169/15:		
Adições Temporárias	-	2
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(9.281)**	**(6.869)**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

				R$ mil
	Saldo em 31.12.2015	Constituição (1)	Realização	Saldo em 31.12.2016
Provisão para publicação e honorários advocatícios	81	195	30	246
Total dos créditos tributários (Nota 6b)	**81**	**195**	**30**	**246**

(1) Inclui o montante de R$ 2 mil, relativo a majoração de alíquota da contribuição social sobre as adições temporárias previstos de realização até dezembro de 2018, baseados em estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, conforme Lei nº 13.169/15;

O total do crédito tributário constituído tem perspectiva de realização em até 4 anos. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R$ 232 mil (2015 - R$ 76 mil).
Todos os créditos tributários da BEM DTVM foram devidamente ativados.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos
A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.
A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.
A BEM DTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) A BEM administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2016, somaram R$ 188.584.065 mil (2015 - R$ 158.787.918 mil), cuja receita de taxa de administração desses fundos no exercício somou de R$ 26.386 mil (2015 - R$ 23.436 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.
Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:
- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2017

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

· livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual
· Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BANCO BRADESCO BBI SA 26
BEM DISTRIBUIDORA DE TIT E VALS MOBILIARIOS LTDA 2
BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT SA DTVM 30
IOCHPE MAXION SA 4
RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A. 15

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo
Volume 127 • Número 58
São Paulo, terça-feira, 28 de março de 2017

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente